

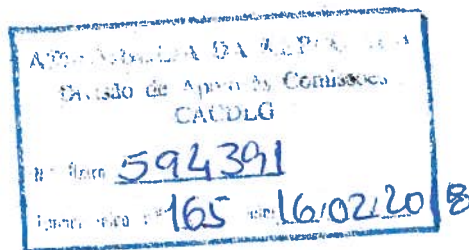
Exmo. Senhor Presidente

Comissão de Assuntos Constitucionais,
direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Pedro Bacelar de Vasconcelos

S. Bento, 16 de fevereiro de 2018

Assunto: Requerimento de parecer



Senhor Presidente

No quadro do processo legislativo desencadeado pela apresentação, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.ª que aprova o regime das matérias classificadas, foram pedidos pela CACDLG pareceres à Comissão Nacional de Proteção de Dados, à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativa e ao Gabinete Nacional de Segurança.

Sucedente entretanto que, hoje mesmo, um órgão de informação dá conta de que o Parecer do Gabinete Nacional de Segurança terá sido enviado não à Assembleia da República, como cumpria, mas sim ao Gabinete da Ministra da Presidência, com indicação de que o próprio parecer constitui matéria classificada. O referido órgão de comunicação atribui a “fonte autorizada do Gabinete Nacional de Segurança” esta informação.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a ser verdade, esta notícia reveste-se de gravidade porque atenta contra o regular relacionamento entre órgãos de soberania e priva o parlamento de um elemento relevante para o desempenho da sua função legislativa, reencaminhando-o para um outro órgão que não teve qualquer intervenção neste processo legislativo em concreto.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem requerer a V. Exa. que se digne diligenciar para que, com a maior brevidade, seja disponibilizado aos/às deputados/as o referido Parecer do Gabinete Nacional de Segurança sobre o Projeto de Lei n.º 725/XIII/3.^a, acautelando, se tal se revelar necessário, a reserva de acesso aberto ao documento.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Manuel Pureza